

LEIA NESTA EDIÇÃO

1 - Momento de Reflexão; 2 - Oeste de Santa Catarina quer indicação geográfica para suínos; 3 - MT estuda política de incentivo a apicultura e meliponicultura; 4 - Warwick Kerr: a Amazônia, os índios e as abelhas; 5 - Produtores entram com pedido de Denominação de Origem para o Café do Cerrado; 6 - O Aquecimento Global: Causas, Consequências e Possibilidades; 7 - País tem 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas; 8 - Criação da Câmara Técnica da Meliponicultura; 9 - Última reunião da Meliponicultura: 8/12; 10 - Criação de abelhas jandaíra, que não tem ferrão, também cresce; 11 - Projeto de Lei Programa "Amigos da Natureza" prevê verba para quem preservar a natureza.

1 - Momento de Reflexão

“O sol é para as flores o que os sorrisos são para a humanidade.” - Joseph Addison

2 - Oeste de Santa Catarina quer indicação geográfica para suínos

Selo atestaria a origem e a qualidade da carne produzida na região. Criadores de suínos do oeste de Santa Catarina estão interessados em iniciar o processo que concederia ao produto um selo de indicação geográfica.

Segundo Maria Clara da Cruz, pesquisadora da Embrapa, as indicações geográficas definem a origem de produtos e são uma estratégia de desenvolvimento e agregação de valor. A indicação geográfica confere ao produto ou ao serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado junto ao produto ou ao serviço estabelece uma ligação entre as suas características e a sua origem.

O primeiro produto no Brasil que teve a certificação conquistada foi o vinho do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, em 2002. "A expectativa para os produtores que fazem parte do grupo é de um ganho até 80% superior se comparado aos produtos sem o selo", compara Maria Clara.

A última indicação geográfica foi aprovada em agosto deste ano: o arroz no Litoral Norte Gaúcho, produzido por apenas sete agricultores. Para a pesquisadora, no caso dos suínos, é preciso fazer um acordo entre produtores e abatedouros para definir as raças a serem trabalhadas, forma de abate e comercialização. O coordenador do Instituto Nacional da Carne Suína (INCS), Wolmir de Souza, diz que o interesse pela certificação da carne suína e seus derivados parte de produtores não-integrados às grandes agroindústrias. Segundo Souza, são mais de 12 mil animais abatidos por dia nos pequenos frigoríficos.

Fonte: Revista Globo Rural – 30/11/2010

Atenção: Quem sabe possamos conquistar algo semelhante para a meliponicultura - : “ mel de abelhas sem ferrão - Mandirituba” , “ mel de abelhas sem ferrão – Guaraqueçaba” , ...

3 - MT estuda política de incentivo a apicultura e meliponicultura

Projeto está na a Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa. Presidida pelo deputado Sergio Ricardo (PR) a Comissão de Meio

Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa, estuda proposta de implantação, em Mato Grosso, de uma Política Estadual de Desenvolvimento e Expansão da Apicultura e da Meliponicultura (criação racional de abelhas sem ferrão), no âmbito da Agricultura Familiar.

A proposta é defendida pelo deputado José Domingos (DEM) e visa promoção, fortalecimento e modernização da agroindústria apícola e da meliponicultura no Estado tendo como meta o estímulo à verticalização da produção. Para atingir seus objetivos, a nova Política deve promover o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: crédito e fundo de aval; infra-estrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; comercialização; seguro; habitação; saúde; eletrificação rural; inserção hídrica; legislação sanitária; previdenciária; comercial e tributária; cooperativismo e associativismo; educação, capacitação e profissionalização; negócios e serviços rurais não agrícolas; e agro-industrialização.

Serão adotados programas, planos e projetos de desenvolvimento e expansão da apicultura e da meliponicultura, elaborados em parceria com as entidades que representam os apicultores, os meliponicultores e outras organizações não-governamentais relativas. Entre as atividades a serem desenvolvidas, podemos citar cursos de manejo; cursos de gestão e gerenciamento; estudos sobre a cadeia produtiva do mel, produtos apícolas e sobre abelhas nativas sem ferrão.

Entre os pontos mais importantes do projeto estão a definição de caráter de ação ambientalmente sustentável, fomentando empreendimentos de interesse agroecológico e de tratamento diferenciado para esse fomento, com isenção de taxas ou qualquer outro meio de pagamento do registro e anuidade referente ao licenciamento ambiental para operação.

“A cadeia produtiva da apicultura e da meliponicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo, dessa forma, determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural”, lembrou José Domingos.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultores (CBA), a produção apícola nacional triplicou nos últimos anos e hoje, com 40 mil toneladas anuais, o Brasil é o 11º produtor no ranking mundial. A cadeia produtiva envolve mais de 350 mil apicultores, além de gerar 450 mil ocupações no campo e 16 mil empregos diretos no setor industrial.

A estimativa da CBA é que Mato Grosso tenha cerca de 300 produtores de mel, a maioria concentrada nas regiões Sudoeste e Norte. A produção de mel saltou de 37 toneladas, em 1974, para 493,8 toneladas, em 2008, segundo números da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apenas oito associações de apicultores estão filiadas à Federação de Entidades Apicultoras do Estado de Mato Grosso, a Feapesmat e outras 10 ainda estão em formação.

Fonte: Plantão News - Cuiabá/MT - Política - 29/11/2010 -

4 - Warwick Kerr: a Amazônia, os índios e as abelhas

Entrevista a Marco Antônio Coelho – Entre os decanos das ciências naturais no Brasil, dedicado sobretudo aos desafios da Amazônia, Warwick Estevam Kerr destaca-se por cumprir seu dever como cientista e professor, trabalhando com o mesmo entusiasmo de um jovem. Assim o encontramos no campus da Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais.

Nascido em 1922, em Santana do Parnaíba, em São Paulo, Kerr formou-se engenheiro agrônomo – vencendo as etapas do doutoramento e da livre-docência na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", onde foi professor, e, por quatro meses, chefe do Departamento de Genética. E todos reconheciam que o laboratório de Genética, em Piracicaba, era "um dos mais bem montados da USP".

Como biólogo e geneticista, Kerr iniciou sua carreira acadêmica numa época em que houve um extraordinário desenvolvimento dessas disciplinas em São Paulo, graças à presença de eméritos cientistas, como Carlos Arnaldo Krug, Friedrich Gustav Brieger, André Dreyfus e Theodosius Dobzhansky, este considerado como um dos maiores geneticistas do século XX. Incentivado por Dobzhansky, Kerr estagiou e deu aulas em diversas universidades norte-americanas (Louisiana, Califórnia, Wisconsin e Columbia University, em Nova York.)

Em 1955, Kerr foi chefe do Departamento de Biologia em Rio Claro no início da Unesp. Em 1965, assumiu a chefia do Departamento de Genética da Faculdade de Medicina da USP – Ribeirão Preto, da qual se tornou professor titular por concurso em 1971.

Warnick Kerr foi também o primeiro diretor científico da Fapesp, no início de 1962, por sugestão de Paulo Emílio Vanzolini e Crodowaldo Pavan, tendo sido nomeado pelo governador Carvalho Pinto. Pediu demissão desse cargo em 1964, um mês antes do término de seu mandato, a fim de montar o Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Além de contribuir decisivamente na organização dessa entidade, Kerr empenhou-se na fundação de instituições com os mesmos objetivos da Fapesp em outros estados brasileiros.

Entre 1975 e 1979, transferiu-se para Manaus para reorganizar o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, com forte apoio do dr. José Dion de Melo Teles, presidente do CNPq. A respeito de sua participação inicial nesse instituto, Kerr relata que, quando chegou à capital do estado do Amazonas, no Inpa trabalhavam apenas um mestre e um doutor. Quando saiu do Inpa, este contava com cinquenta mestres e sessenta doutores, quatro cursos de pós-graduação e 233 pesquisadores.

"O que fizemos", diz ele, "foi mandar para o sul ou para o exterior todo o pessoal aproveitável para fazer mestrado e doutorado. Também contratamos pessoal local ou de outras regiões, e até mesmo no exterior." Depois de aposentar-se da USP em janeiro de 1981, Kerr foi para o Maranhão, onde permaneceu oito anos. Além de criar o Departamento de Biologia, foi reitor da Universidade Estadual do Maranhão. Em 1999, foi chamado de volta a Manaus para dirigir o Inpa, por mais três anos.

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, desempenhou essa missão de 1969 até 1973, período marcado pelas inúmeras crises entre o governo militar e a comunidade científica e universitária, o que levou a SBPC, sob a liderança de Kerr, a uma clara postura de repúdio às arbitrariedades praticadas pela ditadura. Foi preso duas vezes (em 1964 e 1969). Após terminar suas atividades no Maranhão, Kerr foi convidado a continuar suas pesquisas na Universidade Federal de Uberlândia. Embora aposentado, ao completar setenta anos, em 1992, nesta universidade orienta alunos na pós-graduação, dá aulas de Genética dos Hymenoptera e realiza suas próprias pesquisas.

Em toda sua longa, fecunda e empolgante carreira como cientista, a vida de Warwick Estevam Kerr foi assim sintetizada num depoimento registrado pela Fapesp: "no meio acadêmico, a primeira associação que se faz ao nome de Warwick Kerr é a de um formador de grupos, de um catalisador de pessoas voltadas para o desenvolvimento científico". Além de ser membro da Academia de Ciências do Brasil, em 1990, Kerr tornou-se o primeiro brasileiro a pertencer à Academia de

Ciências dos Estados Unidos.

No dia 10 de janeiro do corrente ano, ESTUDOS AVANÇADOS entrevistou Kerr em Uberlândia. Segue-se aqui um resumo de suas declarações a Marco Antônio Coelho, editor-executivo da revista. A rumorosa questão das abelhas

Estudos Avançados – Esse fato foi muito comentado e criou um grande problema, não foi assim, professor?

Warwick Kerr - Sim. De 1957 até 1964 essas abelhas cruzaram-se com as alemãs, italianas e portuguesas. Porém, houve um grande problema: os apicultores colocavam seus apiários próximos aos galinheiros, pocilgas, cocheiras. Houve mortes de galinhas, porcos, cavalos, e a mortalidade de gente que era 120 por ano passou para 180. O grupo de Ribeirão Preto (Kerr, Lionel, Stort, vários alu-nos, três técnicos e mais tarde David

De Jong e Ademilson Espencer Soares) conseguiu desenvolver várias técnicas, algumas muito simples, para controlar a exploração econômica dessas abelhas, como colocar os apiários longe das casas de moradia, dos galinheiros e cocheiras etc.; depositar as colméias em banquetas isoladas (ou em canos grossos de esgoto), usar fumigadores maiores, macacões, botas, por máscaras e luvas, sempre; fazer rainhas, escolher as colméias mais produtivas, mais mansas, mais resistentes a ácaros e enfermidades. Porém, um avanço fundamental foi dado em 1965 e 1966 com a diminuição da agressividade das abelhas, o que era um grande problema.

Cinco anos depois, a questão estava praticamente resolvida. O que fizemos? Compramos vinte rainhas ótimas, italianas dos Dadant (de Ohio) mansas e de alta produtividade; fizemos enxertia obtendo 25 mil rainhas virgens; introduzimos em vinte e cinco mil núcleos fortes e, creio, dezoito mil foram aceitas e produziram milhares de zangões italianos.

Logo os apicultores viram que não adiantava ter uma população mansa, como se tinha com as abelhas italianas, mas que se fornecia uma reduzida produção de mel, duas a três vezes menos produtiva do que a africanizada. A baixa produção das italianas era causada por vários fatores, inclusive porque não resistiam a um ácaro muito grande, Varroa destructor, que provocava enorme estrago nas colméias, ao ponto de baixar a produtividade da apicultura em dezenas de países. Também, as africanizadas jogam fora as larvas doentes e mortas.

A nossa produção normalizou-se porque os apicultores aprenderam a lidar com a abelha africanizada. Esta tem pequenos detalhes, citados acima, mas que são muito importantes. É mais limpa do que as outras. Onde existe vassourinha (em Minas chama-se alecrim) há produção de própolis verde, que é dez a quinze vezes mais caro do que o marrom.

Para se produzir própolis verde, a abelha corta atrás das folhas da vassourinha, (*Baccharis dracunculifolia*) e suga (o verde é a clorofila). Com essas vantagens, a nossa apicultura foi para frente em alto grau. Esse fato se deve exatamente à abelha africanizada que tem essas vantagens, o que não acontece com as abelhas de outras procedências.

Diante do erro cometido com as abelhas africanas, em 1957, eu não esperava que iria dar a volta por cima. Pensava que teria uma vida desgraçada para o resto dos meus dias. Até 1978, as mulheres franziam a testa mostravam-me para os filhos e diziam: "aquele é o homem que introduziu a abelha brava no Brasil". De 1979 em diante, porém, tudo mudou. Passaram a tirar fotografias minhas e falavam: "esse é o homem que salvou nossa apicultura."

Por causa dele o papai comprou caminhão novo". Enfim, durante catorze anos vivi uma tragédia com a introdução no Brasil das cinquenta rainhas da África do Sul e de uma da Tanzânia. Agora, minha mulher acha a história até engraçada e eu, como bom caipira de Santana de Parnaíba, digo "louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo". E sempre fico frustrado por não ter por perto meus caipiras amigos para tirarem o chapéu e dizerem: "E para sempre seja louvado, amém".

Ensinei aos índios de cinco etnias da Amazônia a lidar com abelhas sem ferrão, o que é a minha especialidade. O Fernando Oliveira inventou em Manaus uma colméia muito útil e prática, baseada no método do dr. Paulo Nogueira Neto para a criação de colônias das abelhas jupará, jandaira, urucu-boca-de-renda. Esta última é provavelmente a abelha mais inteligente que existe. Junto com o Fernando, preparamos um folheto com as instruções para a utilização dessa caixa, com o título "Divisão de uma colônia de jupará (*Melipona compressipes manausensis*) usando-se uma colméia e o método de Fernando Oliveira".

O que descobrimos? Que se os índios e os ribeirinhos montarem colméias com essas caixas, conseguirão aumentar sua rendas e deixei com eles cerca de trezentas colônias. Ao voltar para Uberlândia, entreguei as colônias e o problema nas mãos da dra. Gislene. Hoje, ela, com seis alunos e técnicos, conseguiu que índios, ribeirinhos e sitiantes tenham um total de oito mil colméias de Santarém a Tabatinga.

Esse trabalho tem imensa repercussão ecológica, pois se as abelhas de cada colméia fazem diariamente 1.400 viagens, supondo que cada abelha visite apenas quatro flores por viagem, com as oito mil colméias serão 16,8 trilhões de flores visitadas durante um ano (trezentos dias), fecundando as flores. Isto resultará em frutos, sementes, plantas e fornecerá alimento para aves, mamíferos, répteis, peixes, artrópodos, na Amazônia.

Então, um dos melhores movimentos para a conservação do meio ambiente reside no aumento do número de colméias de abelhas sem ferrão. É um argumento ecológico, mas há também o econômico, porque os índios podem ganhar um bom dinheiro com as abelhas. É também um argumento social, pois essas abelhas passarão a ser cuidadas pelas mulheres e até pelas crianças. Essa é uma das atividades que deveria ser espalhada pelo Brasil inteiro.

Veja mais em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100004

Fonte: Estudos Avançados - Print version ISSN 0103-4014 - Estud. av. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005 - doi: 10.1590/S0103-40142005000100004 - DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA I

5 - Produtores entram com pedido de Denominação de Origem para o Café do Cerrado

Expectativa é que esse reconhecimento do grão seja conseguido em 2011. A Federação dos Cafeicultores do Cerrado entrou com pedido de Denominação de Origem junto ao Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial (Inpi).

A iniciativa, que tem o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), agrega credibilidade aos cafés produzidos por cerca de 4 mil produtores de 55 municípios das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, parte do Alto São Francisco e Noroeste, nos limites entre Minas Gerais e Goiás.

A Denominação de Origem é a versão mais sofisticada e completa das certificações com este fim, pois determina a região de procedência de 100% da matéria-prima, as características e a qualidade da produção. Associada a ações de qualidade, profissionalização e marketing, a Denominação de

Origem contribui para estimular o investimento nas propriedades, aumentar o turismo de negócios, valorizar as terras e o produto.

Apenas o arroz produzido no litoral norte do Rio Grande do Sul possui esta certificação no Brasil. “Esta indicação geográfica levará a região a um novo patamar de competitividade no cenário nacional e internacional”, avalia Marcos Geraldo Alves, técnico do Sebrae Minas Gerais na microrregião de Patos de Minas.

A expectativa da Federação dos Cafeicultores do Cerrado é que o pedido seja deferido em 2011. “Com a Denominação de Origem, os contatos com o mercado internacional, principalmente Europa e Japão, serão facilitados. As exportações já representam 80% do faturamento dos produtores ligados às instituições filiadas à federação. Os principais mercados são Estados Unidos, União Europeia (Espanha, Itália, Inglaterra e França), Japão e Coreia.

A Federação dos Cafeicultores do Cerrado é responsável pela promoção da região e do produto. Ela congrega os interesses de oito cooperativas, que armazenam, preparam e comercializam o café de seis associações, que representam os interesses dos cafeicultores e da Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado (Fundaccer), que realiza serviço de pesquisa e desenvolvimento cafeeiro.

Fonte: Revista Globo Rural – 02/12/2010

Atenção: Quem sabe possamos conquistar algo semelhante para a meliponicultura - : “ mel de abelhas sem ferrão - mandirituba” , “ mel de abelhas sem ferrão – Guaraqueçaba”, ...

6 - O Aquecimento Global: Causas, Consequências e Possibilidades

A Terra enfrenta hoje uma situação sem precedentes em sua história evolutiva. É o chamado Aquecimento Global, um aumento da temperatura do planeta provocado por atividades humanas. Este processo decorre da intensificação do Efeito Estufa, um fenômeno natural que mantém a temperatura do planeta dentro de níveis adequados à vida. Tal situação, ameaça à sobrevivência de muitos seres vivos, inclusive a civilização humana.

No fenômeno natural de Efeito Estufa, alguns gases presentes na atmosfera retêm parte do calor que a Terra reflete, evitando que este escape para o espaço. Se este processo não ocorresse, a temperatura do planeta seria, em média, 30oC mais baixa e apresentaria bruscas variações entre o dia e a noite, dificultando a vida que conhecemos no planeta.

Nos últimos 150 anos, porém, este processo tem se intensificado devido à queima de combustíveis fósseis e às mudanças no uso da terra e da água. Cerca de 99% da atmosfera atual é formada por moléculas de nitrogênio e de oxigênio, e a parcela restante inclui vários gases simples ou compostos. Entre estes, chamados de gases traço, os mais conhecidos são o gás carbônico, o vapor d'água, o metano, o óxido nitroso, os clorofluorcarbonetos e o ozônio. Há evidências de que o aumento significativo nas concentrações destes gases traço está alterando a temperatura do planeta.

Para entender o problema e auxiliar no desenvolvimento de estratégias eficazes para reduzir os impactos deste aumento de concentração, os cientistas de todo o mundo empenham-se em identificar as principais fontes de gases-estufa emitidas pelo homem e compreender os mecanismos de absorção e emissão destes gases. A queima de combustíveis fósseis é a principal fonte e vem, principalmente, dos países desenvolvidos.

Entretanto, as mudanças no uso da terra e água, que normalmente estão associadas à destruição de florestas nativas para a agricultura, criação de gado e construção de grandes hidrelétricas e áreas florestadas, são atividades responsáveis por cerca de 30 % das emissões de gases de efeito estufa pelo homem, sendo o Brasil o principal responsável seguido de perto por outros países em desenvolvimento, como a Indonésia.

As florestas tropicais são responsáveis por parte do sequestro de carbono da atmosfera. Anualmente, a floresta Amazônica madura absorve uma quantidade de carbono equivalente à cerca de metade da emissão mundial de gases por carros. Entretanto, desde 1990, a cobertura florestal tropical tem diminuído mais de sete milhões de hectares por ano no mundo.

Estas florestas são de suma importância, pois, absorvem boa parte do carbono que se acumula na atmosfera e que é o principal agente das mudanças climáticas. Assim, tanto a proteção das florestas originais quanto o reflorestamento de áreas devastadas tropicais são essenciais.

As pessoas têm de ter consciência de que a floresta não é somente um estoque de madeira para o consumo ou um espaço de terra disponível para agricultura e pecuária, mas uma das principais formas de manter o nosso planeta saudável.

Fonte: Revista Cultivar - 30/11/2010

7 - País tem 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas

A área registrada aumentou 21% em relação ao ano passado, mas 64 milhões de hectares ainda não têm destinação. O Brasil tem hoje 290 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas pelo Serviço Florestal Brasileiro. A atualização de 2010 do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) mostra que houve um aumento de 21% em relação aos números do ano passado. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, os números não significam criação de novas florestas públicas e sim que o Brasil começa a conhecer pelo cadastramento quais são e onde estão suas florestas.

A maior parte das florestas públicas se concentra na Amazônia. Aquelas que já foram destinadas a algum uso são maioria e contam 226 milhões de hectares. As terras indígenas somam 111 milhões de hectares, seguidas pelas unidades de conservação, com cerca de 105 milhões de hectares, sendo 60% federais e 40% estaduais. Os assentamentos públicos da reforma agrária ocupam em torno de 10 milhões de hectares.

Embora a porcentagem de florestas públicas destinadas seja alta - em torno de 80% das áreas já cadastradas - ainda restam 64 milhões de hectares sem uso regulamentado.

Concessões florestais

Levantamentos do Serviço Florestal apontam que pelo menos 10 milhões de hectares de floresta que estão sem destinação poderiam dar origem a novas florestas nacionais passíveis de concessão, instrumento que permite o uso sustentável da floresta ao mesmo tempo em que a mantém em pé.

"É preciso dar prioridade para o aproveitamento dessas áreas por meio de florestas nacionais. Precisamos ter metas e cenários claros para atingir a sustentabilidade da produção madeireira na Amazônia por meio das concessões florestais, e essas metas devem ser consolidadas em 2011", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

Segundo Hummel, a resposta às mudanças climáticas passa pelo manejo florestal, associado ao

fortalecimento da economia florestal sustentável. As florestas precisam ser vistas como oportunidades de desenvolvimento, sem perda da ampla gama de serviços ambientais agregados.

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural do Inbra, é elaborado desde 2007 e reúne dados do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e dos cadastros de florestas públicas dos estados, municípios e do Distrito Federal.

As informações são consolidadas à medida que novos dados são disponibilizados pelas instituições parceiras, o que faz do Cadastro um banco de dados dinâmico. Foi desta forma que o número de florestas públicas aumentou de 193 milhões em 2007 para 210 milhões em 2008, 239 milhões em 2009 e 290 milhões em 2010.

Fonte: Revista Globo Rural - 30/11/2010

8 - Criação da Câmara Técnica da Meliponicultura

Comentário do Blog:

É Sempre muito bom acompanhar o que os colegas estão fazendo pela meliponicultura e pela natureza como um todo. Abaixo um comunicado do amigo Aldivar de Curitiba - PR, enviado para o grupo Abena, dando conta dos resultados surgidos das resoluções do 4º Seminário Paranaense de Meliponicultura e os próximos passos. Desejamos aos companheiros de Curitiba e de todo o Brasil sucesso nos trabalhos. Juntos construiremos uma meliponicultura forte, de forma que, juntos com os outros setores ligados à preservação, possamos ajudar a sociedade a reconstruir o Brasil de forma consciente, progressiva e sustentável.

Comentário de Blog (internauta)

Amigos da ABENA, tenho a grata satisfação de comunicar-lhes, que como foi encaminhado nas resoluções do 4 Seminário Paranaense de Meliponicultura, foi dado o ponta pé inicial para criação da Câmara Técnica da Meliponicultura, que em Fevereiro de 2011, na primeira Reunião do Grupo de Meliponicultura que aconteceu na SEAB, dia 17 Fev 2011, já estará atuando como Câmara Técnica.

Dia 08 Dez de 2010, tivemos a reunião de avaliação do 4 Seminário Paranaense de Meliponicultura, o qual foi julgado por todos os presentes como excelente, inclusive pelo modelo adotado pelos Organizadores, com oficinas e salas temáticas, e minha grata satisfação é constatar que tudo aquilo que gostaríamos de contar para o desenvolvimento dessa atividade, hoje podemos falar que já as temos.

Na reunião do dia 08 Dez, tivemos a presença do Prof. Renato da UFPR, representando o grupo de pesquisa que junto com os colegas de Ribeirão Preto-SP, Crus das Almas-BA e outras Universidades e Faculdades, poderão acelerar ainda mais as pesquisas, também a presença do Sr. Renato Técnico do TECPAR, Instituto de pesquisa e Certificação do Estado do Paraná, o qual poderá nos dar um grande auxílio nas pesquisa de produtos do Própolis, nas análises dos méis e polen, e nas certificações, contamos também com a presença do Sr Valcir, técnico do CPRA, Centro Paranaense de Referencia em Agroecologia, o qual poderá desenvolver técnicas de manejo, criar cursos para o desenvolvimento da meliponicultura junto as comunidades de Assentados da Reforma Agraria, Agricultura Familiar, no desenvolvimento de uma produção mais limpa sem Agrotóxico, colocando a Meliponicultura como uma opção para a exploração sustentável da

Reserva Legal, Mata Ciliar e no Sistema Agroflorestal, e na difusão dos Polinizadores que entre eles estão as nossas queridas ASF.

Entre eles temos como sempre os Incansáveis Roberto Carlos de Andrade o grande Motivador da SEAB, Hermes Palumbo grande instrutor do SENAR, Marcos Antonio Dalla Costa, Secretario de Agricultura e Meio Ambiente de Mandirituba e o Idealizador e um dos fundadores da Associação dos Meliponicultores de Mandirituba, e os demais Sr. Lucas Meliponicultor, Humberto Meliponicultor, Pacher Meliponicultor e eu Aldivar Meliponicultor. Abraços Aldivar – Curitiba-PR.

Fonte: <http://meliponariocapixaba.blogspot.com/2010/12/criacao-da-camara-tecnica-da.html> – 10/12/2010

9 - Última reunião da Meliponicultura: 8/12

Dia 8 de dezembro aconteceu a última reunião da meliponicultura de 2010, conforme a programação abaixo: Horário: 15 às 17 horas; Local: auditório da SEAB (rua dos Funcionários, 1559 - Cabral - Curitiba - PR - fone: 41.3313.4132); e, Pauta: avaliação, conclusões e encaminhamentos do 4º Seminário Paranaense de Meliponicultura, organização da Câmara Técnica de Meliponicultura, 5º Seminário (Curitiba - PR), cenários para 2011 e assuntos gerais.

No item nº 1, a avaliação do evento foi a mais positiva possível, considerando-se o nº de presentes, o tipo de público, a ampla divulgação da meliponicultura antes e durante o evento, a programação (palestras, grupos de discussão, oficinas, plenária final e visitas técnicas). Quanto aos encaminhamentos, resta concluir o documento final e encaminhá-lo em 2011 para os vários setores/segmentos que possuem alguma intersecção ou relação com a meliponicultura, já podendo ser uma das tarefas da Câmara Técnica de meliponicultura (CTMel).

No item nº 2, organização da Câmara Técnica de Meliponicultura (CTMel), recomendação aprovada no 4º Seminário Paranaense de Meliponicultura (UFPR - Matinhos - PR), apresentou-se alguns aspectos da questão, a saber: previsão da criação de Câmara Técnica no bojo do Plano de Conservação para abelhas sociais nativas sem ferrão no Estado do Paraná (IAP), a existência de Câmara Técnica de Apicultura e Meliponicultura em nível do CEDRAF/SEAB (mecanismo criado, porém ainda não instalado/implantado).

Da discussão havida restou alguns consensos: a Câmara Técnica de Meliponicultura deverá ir funcionando, mesmo que ainda informalmente; as reuniões devem ser convocadas mensalmente (a próxima será dia 17/02/2010); com a definição do novo secretário da SEAB, início de 2011, a proposição de sua instalação deverá ser apresentada; a CTMel deverá ser instalada, a priori, no âmbito da SEAB e/ou IAP/SEMA; será enviada aos participantes desta reunião, da proposta de Regulamento Interno da Câmara Técnica de Apicultura e Meliponicultura, para subsidiar a discussão e elaboração do Regulamento Interno da “CTMel”; a intenção é constituir-se uma Câmara Técnica específica da meliponicultura, com possibilidade da previsão da criação de grupos temáticos; deve-se ir elencando possíveis integrantes (instituições/pessoas/entidades) da “CTMel”.

No item 3, 5º Seminário Paranaense de Meliponicultura, a realizar-se em novembro de 2011, a priori ficou Curitiba como o espaço de acontecimento do evento, porém continua aberta a possibilidade de alguma região e/ou município encampar a sua realização; Sobre programação, formato e demais itens que envolvem a organização do evento, abre-se o debate e nas próximas reuniões da CTMel, os vários aspectos irão sendo delineados e definidos.

No item 4, Cenários para 2011, não foi detalhado e tampouco discutido, mas as

recomendações/deliberações do 4º Seminário Paranaense de Meliponicultura são o referencial do que poderá acontecer na meliponicultura em 2011, ficando na dependência dos atores do segmento e do desempenho da “CTMel”.

10 - Criação de abelhas jandaíra, que não tem ferrão, também cresce

A criação de abelhas sem ferrão, popularmente conhecidas como abelhas jandaíra, também tem crescido, diz o bancário aposentado e meliponicultor – criador de abelhas sem ferrão – Paulo Menezes, que está na atividade desde 1983 em Mossoró.

Paulo montou uma empresa e conta ter obtido há cerca de cinco anos o primeiro registro de mel de abelha sem ferrão do Brasil. Ele comercializa o produto a clientes de Natal e Mossoró. Paralelamente a isso, está diretamente envolvido num projeto chamado Padre Huberto Bruening, de preservação da abelha Jandaíra, que tem como objetivo a introdução das abelhas principalmente em áreas de assentamento de Mossoró.

O projeto é direcionado às mulheres. Cerca de 250 já foram capacitadas para trabalhar na atividade. Como as abelhas não possuem ferrão, o trabalho não oferece riscos, nem exige o uso de roupas de proteção, necessárias ao trabalho com a outra espécie. “Esse projeto leva uma atividade para o campo que dá retorno financeiro e tem o aspecto ambiental porque a abelha poliniza a flora nativa. Quando ela visita as flores faz a polinização, ajuda a combater a desertificação na região”, diz Menezes. O projeto é desenvolvido com o apoio do Sebrae, da prefeitura e também da Federação Apícola.

Fonte: Tribuna do Norte - RN - Natal/RN - Economia - 05/12/2010 -

11 - Projeto de Lei Programa "Amigos da Natureza" prevê verba para quem preservar a natureza

Produtores rurais poderão receber apoio financeiro para auxiliar na conservação da vegetação e dos recursos hídricos no estado. É o que prevê o projeto de lei 2.592/09, que cria o Programa Amigos da Natureza, aprovado pela Assembleia Legislativa do Rio nesta terça-feira, em segunda discussão, e será enviado à sanção pelo governador Sergio Cabral.

Assinado pelo presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária e Pesqueira da Casa, deputado Rogério Cabral (PSB), o projeto autoriza o estado, em parceria com demais governos e com a iniciativa privada, a pagar pelas medidas de conservação.

O valor do apoio será fixado por hectare por área de preservação ambiental e poderá aumentar em 50% sempre que um conjunto de medidas individuais puder constituir um projeto de conservação de bacias ou microbacias hidrográficas.

"É um projeto que vai trazer muito benefício não só aos agricultores, mas para toda a população do Estado do Rio, pois visa a proteger o meio ambiente, as nascentes e o agricultor", garante o parlamentar. O governador terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta.

Fonte: Da Redação O Diário - 24/12/10 – Rio de Janeiro

DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Editor Responsável: Roberto de Andrade Silva - andrades@seab.pr.gov.br - fone: 0xx41-3313.4132 – fax: 3313.4031 - www.seab.pr.gov.br